



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Despacho n.º 14912/2008

A Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, prevê no n.º 4 do seu artigo 2.º, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado, por procedimento concursal, de entre funcionários licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Para o provimento do cargo de Chefe de Divisão de Apoio Técnico Inspectivo da Delegação Regional do Alentejo da Inspeção-Geral da Educação, foram cumpridos os procedimentos de selecção determinados nos n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º da aludida Lei.

A licenciada Basílica Rosa Ferreira Daniel detém as qualidades necessárias ao exercício do cargo que se pretende prover e corresponde ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e os objectivos da Divisão de Apoio Técnico Inspectivo da Delegação Regional do Alentejo da Inspeção-Geral da Educação.

Assim, ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos, a licenciada Basílica Rosa Ferreira Daniel, inspectora superior principal do quadro da Inspeção-Geral da Educação, no cargo de chefe de divisão de Apoio Técnico Inspectivo da Delegação Regional do Alentejo da Inspeção-Geral da Educação, podendo a nomeada optar pelo vencimento da sua categoria de origem, nos termos do n.º 3 do artigo 31.º daquele diploma.

19 de Maio de 2008. — O Inspector-Geral, *José Maria Azevedo*.

Síntese curricular

Dados Pessoais

Nome — Basílica Rosa Ferreira Daniel
Data de Nascimento — 16 de Janeiro de 1954
Naturalidade — Portalegre

Situação Profissional

Inspectora Superior Principal, da carreira técnica superior de inspeção, na Delegação Regional do Alentejo da Inspeção-Geral da Educação.

Habilitações Académicas

Curso de Especialização do Mestrado em Educação — Supervisão Pedagógica
Curso de Estudos Superiores Especializados — Inspeção Escolar — Área Pedagógica
Curso do Magistério Primário

Carreira Profissional

Professora do 1.º ciclo do ensino básico (1972 — 1987)
Professora Destacada/Requisitada, na Delegação Regional do Alentejo — DRA (1987-1997)
Inspectora do Quadro da Inspeção-Geral da Educação — IGE (1997-2008)

Experiência Profissional

Ao longo da carreira docente, exerceu as seguintes funções:
Encarregada de Direcção;
Presidente do Conselho Escolar;
Membro do Centro de Apoio Pedagógico de Monforte, no âmbito da Direcção de Serviços do Ensino Primário (DSPRI);
Subdelegada Escolar.
Ao longo da carreira inspectiva, desempenhou, entre outras, as seguintes actividades:
Intervenções de cariz pedagógico e administrativo-financeiro, decorrentes da execução dos diversos Planos de Actividades da IGE, a nível dos estabelecimentos de educação e dos ensinos básico, secundário e superior, público e particular e cooperativo;
Instrução de vários processos, na esfera da acção disciplinar;
Acompanhamento do lançamento das Escolas Básicas Integradas, da experimentação, consolidação e generalização dos Novos Planos Curriculares do 1.º ciclo e da aplicação do Novo Sistema de Avaliação;

Integração de professores requisitados, com supervisão das actividades inspectivas de carácter pedagógico — acompanhamento e formação (anos lectivos de 1995/96, 1998/99 e 2003-2004);

Apoio à Coordenação da DRA e substituição do Coordenador do Sector Pedagógico (1996/1997 a 1998/1999) e do Director de Serviços do Gabinete de Apoio Técnico Inspectivo (2004-2005 a 2005-2006), nos seus impedimentos;

Interlocutora, na DRA, das actividades “Acções em continuidade da Avaliação Pedagógica”; “Inspeção à abertura do Ano Lectivo” e “Organização do Ano Lectivo”;

Membro do júri de selecção para admissão de candidatos a requisitar para o desempenho de funções técnicas ou inspectivas na IGE (DRA, 1996);

Monitorização de algumas acções de formação, para professores e para inspectores;

Apoio à DRA, a nível de planeamento, coordenação, organização e orientação da actividade do corpo inspectivo, desde Janeiro de 2008.

Formação relevante

Frequência de diversos cursos e acções de formação, de que destaca:

Curso de Valorização Técnica Orientada para a Administração Escolar (INA);

Tecnologias de Informação — Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

MINISTÉRIO DA CULTURA

Aviso n.º 16711/2008

Procedimento concursal para provimento do cargo de direcção intermédia de 1.º grau, para o Museu de Évora

1 — Nos termos do artigo 21.º da Lei 2/2004, de 15 de Janeiro, com a nova redacção dada pelo artigo 2.º da lei 51/2005 de 30 de Agosto torna-se público que, por meu despacho de 2 de Janeiro de 2008, se encontra aberto pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso de abertura, no *Diário da República*, e da publicitação na Bolsa de Emprego Público, procedimento concursal para o provimento do cargo de Director (equiparado a Director de Serviços) do Museu de Évora, no quadro de pessoal do referido Museu, aprovado por Portaria n.º 824/93, de 8 de Setembro.

2 — Áreas de actuação — propor ao IMC a programação do conjunto de actividades do museu; gerir o museu, incluindo recursos humanos e orçamentais em articulação com o IMC; coordenar e desenvolver projectos nas áreas da conservação, investigação, gestão e divulgação das colecções do museu; promover acções de articulação com a comunidade e com outras instituições, tendo em vista a captação de públicos e o reforço do museu como instituição cultural de referência; liderar a equipa do museu, tendo em vista o cumprimento dos objectivos definidos.

3 — Requisitos formais de provimento os constantes do n.º 1 do artigo 20.º da lei supracitada a saber:

- Ser funcionário público licenciado dotado de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;
- Ser detentor de 6 anos de experiência profissional em funções, cargos ou carreira para cujo exercício de provimento seja legalmente exigível uma licenciatura.

4 — Perfil exigido:

- Licenciatura na área das Ciências Sociais e Humanas e ou das Artes;
- Experiência profissional comprovada no domínio do património cultural e ou da museologia;
- Conhecimento da estrutura da Administração Pública na área da cultura e das políticas e problemáticas culturais contemporâneas;
- Capacidade de coordenação e de liderança de equipas

5 — Composição do júri:

- Dr. Manuel de Lemos Bairrão Oleiro, director do Instituto dos Museus e da Conservação, que preside;